

Omissões evidenciam rejeição a princípios

A agenda do crescimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva expõe preferências e, naturalmente, evidencia a rejeição a alguns princípios. Tanto quanto as escolhas, as ausências definem o caráter desse modelo. Entre a gama das medidas apresentadas na agenda do crescimento não constam a autonomia do Banco Central e mudanças no papel das empresas estatais.

No conjunto das lacunas, a pouca disposição em se reduzir o peso da carga tributária e em acelerar a reforma trabalhista são as mais criticadas pelos que representam o lado real da economia. Entre alguns empresários ouvidos por este jornal persiste a análise de que a agenda microeconómica não garante o ingresso do País no almejado ciclo de desenvolvimento sustentado.

Claudio Vaz, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos

Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e candidato à presidência da entidade, classificou a agenda como “uma declaração de boas intenções, ela é uma agenda necessária, mas não suficiente”. O governo, sugeriu Vaz, deveria ter mais disposição em aprovar a reforma trabalhista. A crítica quanto ao peso dos tributos foi além da esfera trabalhista. “Por que o investidor financeiro pode pagar os tributos após receber seus ganhos e o setor produtivo tem que recolher antes de receber o produto de suas mercadorias?”

Na avaliação de Erino Tonon, diretor-corporativo das sete empresas da Randon, empresa do setor de transportes, o chão de fábrica ressente-se dos gargalos na infra-estrutura. “A agenda do crescimento é tímida, não enfrenta os proble-

mas da infra-estrutura relacionados ao risco-Brasil”, apontou. Tonon citou a má situação das estradas, dos portos, as greves dos auditores fiscais e da polícia federal, a carga tributária e a reforma trabalhista.

Mesmo a retirada da cumulatividade da Cofins sobre as várias etapas da produção foi questionada. Tanto para Vaz quanto para Erino Tonon, as várias alterações e as exceções abertas desorganizaram os setores produtivos e minimizaram o fim do efeito cascata.

Não menos crítico, o consultor especializado em contas públicas,

Raul Velloso, disse que um resultado mais eficaz na economia viria da adoção simultânea das três agendas: a da estabilidade, a microeconómica (crescimento) e a do setor público (corte das despesas correntes e redução da carga tributária). Para ele, uma das dificuldades do governo é remover obstáculos internos à administração. “O presidente Lula está fazendo milagre em gerenciar as contradições internas”, disse. “A agenda é complexa e a equipe econômica está trabalhando nas áreas de menor resistência.”

(L.O.)